



destaques do mês

Leilão de geração "A" termina com contratação de 2.046 MW médios

O Leilão de Energia nº 5/2014, denominado Leilão "A" de 2014, para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existente terminou com a contratação de 2.046 MW médios de usinas hidrelétricas e termelétricas movidas a gás natural e biomassa. O certame foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 30 de abril deste ano, via Internet, na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), em São Paulo. Para o produto por quantidade foram 1.471 MW médios ao preço médio de R\$ 270,81 por MWh (Reais por Megawatt-hora) e por disponibilidade foram 575 MW médios ao preço de R\$ 262 por MWh. O preço médio do leilão ficou em R\$ 268,33 por MWh e gerou uma movimentação de R\$ 27, 2 bilhões. Ao todo, 20 agentes venderam energia, sendo que a fonte hídrica predominou, com 15 hidrelétricas, seguida de quatro térmicas movidas a gás natural da Petrobras e uma a biomassa da "São Borja". O Diretor-Geral da ANEEL, Romeu Rufino, considerou o leilão um sucesso e disse que o certame resolve o problema de exposição das distribuidoras ao mercado de energia. "A partir de maio é fato que teremos uma cobertura de 85% da exposição", afirmou. O prazo de suprimento de energia é de 1º de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2019. O leilão "A" teve como objetivo atender à necessidade imediata de contratação de energia por parte das distribuidoras. (30.04.2014 - ANEEL)

BR-153 terá pelo menos quatro propostas, diz Ministro César Borges

Pelo menos quatro consórcios ou empresas devem entregar propostas no leilão da BR-153, entre Anápolis (GO) e Gurupi (TO), marcado para o dia 23 de maio. O aceno foi dado ao Ministro dos Transportes, César Borges, que conversou pessoalmente com os principais grupos de infraestrutura do País para medir o nível de interesse no trecho e se certificar de que não há qualquer risco de "vazio" na disputa. O leilão marca a retomada das concessões de rodovias federais, após a bem-sucedida transferência de cinco lotes de estradas à iniciativa privada, no segundo semestre de 2013. Para tornar o negócio mais atraente, o Governo retirou quase 200 km do trecho da BR-153 que será licitado, propiciando um recuo de 35% no total de investimentos exigidos de quem arrematar a concessão. Agora, a concessão abrangerá 624,8 km e a tarifa máxima de pedágio foi fixada em R\$ 9,22 a cada 100 km. Após uma pausa no início deste ano, Borges afirma que o Governo está decidido a levar adiante mais concessões de rodovias, independentemente do calendário eleitoral. Uma das motivações, segundo o Ministro, é fazer com que esse mercado possa crescer e ficar menos concentrado. "Temos 40 concessões rodoviárias, mas 8 players. Se apertarmos, são 6." Para ilustrar a necessidade de expandir o número de atores no setor, ou mesmo encorpar as concessionárias existentes, Borges reflete sobre a experiência dos leilões do ano passado, lembrando que algumas empresas colocaram o pé no freio depois de terem vencido um dos certames. "O mercado

painel

■ ANP abre Consulta Pública sobre a regulamentação da atividade de refino de petróleo

A ANP abriu consulta pública para obter subsídios sobre a Minuta de Resolução que alterará a Resolução ANP nº 16 e do Regulamento Técnico nº 1, de 10 de junho de 2010, que estabelecem a regulamentação e obrigatoriedade de autorização da ANP para o exercício da atividade de refino de petróleo. As contribuições poderão ser enviadas até 16/mai/2014. Mais informações: www.anp.gov.br

■ ANP abre Consulta Pública sobre a regulamentação da atividade de processamento de gás natural

A ANP abriu consulta pública para obter subsídios sobre a Minuta de Resolução que alterará a Resolução ANP nº 17 e do Regulamento Técnico nº 2, de 10 de junho de 2010, que estabelecem a regulamentação e obrigatoriedade de autorização da ANP para o exercício da atividade de processamento de gás natural. As contribuições poderão ser enviadas até 16/mai/2014. Mais informações: www.anp.gov.br

está limitado e precisamos ampliá-lo, seja com capital nacional ou estrangeiro”, avalia. “Só não insistimos mais naqueles trechos antigos”, afirma o Ministro, referindo-se a três rodovias que faziam parte do programa de concessões lançado pela Presidente Dilma Rousseff em 2012, mas não despertaram interesse das empresas. São a BR-101 (Bahia), a BR-116 (Minas Gerais) e a BR-262 (Minas Gerais e Espírito Santo). (25.04.2014- Valor Econômico)

Dragagem terá regra nova para evitar erros

Para evitar os erros do passado recente, a Secretaria de Portos (SEP) mudou as regras do novo Programa Nacional de Dragagem (PND), que vai investir R\$ 3,8 bilhões no setor. Uma das alterações tem o objetivo de facilitar a homologação das profundidades pela Marinha do Brasil. O Secretário de Infraestrutura Portuária da SEP, Tiago de Barros Correia, explica que os novos contratos vão incluir uma margem de tolerância. “Se a profundidade necessária é 15 metros, vamos colocar 15,45 metros para evitar o risco da homologação não sair ou ter a homologação de medida abaixo do previsto.” Segundo ele, como as máquinas são muito grandes, não é possível conseguir dragar todo o canal de forma linear. A decisão, no entanto, implica aumento dos custos, pois o Governo terá de pagar pelos 15,45 metros para ter a homologação de uma medida menor. Outra alteração é que, nesse programa, a SEP será responsável pela dragagem em todo o porto. Mas Correia alerta: “Só vamos fazer a dragagem se o cais estiver reforçado”. Sem esse cuidado, a dragagem pode provocar desmoronamentos. Apesar das mudanças, as primeiras licitações do novo PND de Santos e Fortaleza não foram concluídas. “As propostas ficaram com preço acima do estabelecido”, diz o Secretário da SEP. Ele explica que os prestadores de serviço tinham uma percepção de risco que vinha do primeiro PND. Os riscos são decorrentes de serviços adicionais que podem surgir no meio do caminho. Isso ocorreria no caso de algum tipo de rocha mais resistente que exija o derrocamento, a retirada de embarcações ou soluções exclusivas para solo contaminado. O Governo vai fazer uma nova tentativa para licitar os serviços do Porto de Santos. A expectativa é de que o edital seja publicado ainda na primeira quinzena deste mês. (05.05.2014 - Estadão)

Governo vetará emenda, mas faz projeto para aeroportos privados

O Governo está em fase final de elaboração de um projeto para autorizar o funcionamento de aeroportos privados fora do modelo de concessão pública. O texto terá “regulação mínima” para evitar concorrência desleal desses novos empreendimentos com os atuais. O Planalto pretende enviar o projeto liberando a nova modalidade de aeroporto ainda neste ano ao Congresso. Antes disso, a Presidente Dilma Rousseff vai vetar emenda que libera a construção e operação de aeroportos comerciais pelo setor privado fora do sistema de concessão, aprovada na Medida Provisória 627. A emenda fora incluída na nova lei sobre tributação de multinacionais no exterior pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O texto estabelece que as empresas autorizadas para a construção de aeroportos terão liberdade para fixar suas tarifas aeroportuárias. O Governo entende que é preciso aprimorar cobrança e funcionamento. Empresários que investiram bilhões para ganhar concessões de aeroportos como Guarulhos (SP) e Galeão (Rio) reclamam que têm preços tabelados. A proposta do Governo está na

■ ANEEL abre Audiência Pública sobre o cálculo da TUST

A ANEEL abriu audiência pública para receber subsídios à base de dados preliminar para o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST do ciclo tarifário 2014-2015. As contribuições poderão ser encaminhadas até 29/mai/2014.

Mais informações:
www.aneel.gov.br

■ ANEEL abre Consulta Pública sobre a regulamentação das diretrizes do processo de mediação na ANEEL

A ANEEL abriu consulta pública para obter subsídios sobre a regulamentação das diretrizes do processo de mediação na ANEEL. As contribuições poderão ser enviadas até 05/jun/2014.

Mais informações:
www.aneel.gov.br

Casa Civil e foi elaborada pela Secretaria de Aviação Civil depois da Presidente da República anunciar, em dezembro, que liberaria um terceiro aeroporto em São Paulo fora do sistema de concessão pública. Nesse modelo, os aeroportos seriam construídos e operados pela iniciativa privada, que seria proprietária do empreendimento. Já os concedidos pertencem ao Governo, que transfere ao setor privado o direito de exploração por período determinado. (24.04.2014 - Folha de São Paulo)

Governo intervém na Eletrobras e rombo chega a R\$ 13 bilhões

A Eletrobras amarga prejuízos bilionários, recebe valores que não cobrem seus custos, atrasa o pagamento de fornecedores, é obrigada a entrar em consórcios pouco conhecidos e com retorno duvidoso e perde seu corpo técnico. Especialistas acreditam que, devido ao prejuízo acumulado em 2012 e 2013, de R\$ 13,2 bilhões, a empresa precisará de socorro do Governo nos próximos anos. Este ano a conta não deve fechar de novo. A Eletrobras tem sofrido com a interferência política, usada como braço empresarial para projetos do Governo que causaram os atuais desequilíbrios do setor elétrico. Com isso, seu valor de mercado desabou de R\$ 46 bilhões, em 2010, para os atuais R\$ 11,094 bilhões, queda de 75,89%. A empresa, que em 2006 estava se preparando para se internacionalizar e crescer, começou a ter problemas quando o Governo a obrigou a usar suas subsidiárias para participar dos leilões de construção das usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira. Desde então, a estatal entra com mais de 40% em todo grande projeto de energia do país. (05.05.2014 - O Globo)

Com racionamento, geradoras querem compensação

As empresas geradoras de energia temem que o Governo opte por enfrentar a crise do setor com uma campanha para a redução do consumo. De acordo com o Presidente da Apine (Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica), Luiz Fernando Vianna, a racionalização criaria um problema similar ao observado nas distribuidoras. Isso porque essas usinas teriam de continuar entregando o volume de energia previsto em seus contratos, mesmo que haja, na outra ponta, um consumo menor. Diante do baixo nível dos reservatórios, essas usinas geradoras fazem grandes esforços para atender esses contratos, tendo até de contratar energia extra, de outras usinas, como térmicas. "A campanha pode ser feita, mas terá de ser acompanhada de medidas reguladoras que compensem essa redução, como, por exemplo, a redução dos contratos", disse Vianna. Assim, a geração das usinas seria ajustada para o novo padrão de consumo. O Governo vem negando que pretenda implantar qualquer campanha nesse sentido, apesar da necessidade apontada por especialistas. O Governo estima em apenas 3% a redução possível no consumo de energia, mesmo após uma campanha de conscientização da população. O percentual é considerado muito baixo para que valha o esforço e o desgaste em ano de campanha eleitoral. João Carlos Mello, Presidente da consultoria Thymos Energia, estima que esse impacto poderia chegar a 5% da carga nacional, mas que mesmo esse número não resolveria a situação do setor. "Não é uma quantidade expressiva, mas ajudaria muito. Tecnicamente seria ideal que o consumo caísse até 10%." (30.04.2014 - Folha de São Paulo)

Ibama libera licença para operação de trecho da ferrovia Norte-Sul entre Palmas e Anápolis

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) liberou a licença de operação do trecho da Norte-Sul, que liga a cidade de Palmas (TO) a Anápolis (GO). A autorização, assinada pelo Presidente do Ibama, Volney Zanardi, autoriza a estatal Valec a colocar para funcionar o traçado de 855 km de extensão da ferrovia. Atualmente a Norte-Sul só opera no trecho Norte de 719 km de extensão, que liga a cidade de Palmas até Açailândia, no Maranhão, traçado que é usado pela mineradora Vale. O novo trecho da ferrovia terá a sua operação licitada pela Valec, que prevê a atuação do trecho de diversas empresas, e não apenas uma única operadora, como acontece no modelo de concessão atual. A oferta deve ocorrer nos próximos meses, a partir da contratação de um "operador ferroviário independente", a quem caberá prestar serviços a terceiros, interessados em transportar carga. Com atraso de três anos e seis meses o trecho consegue agora a sua licença de operação. Com a conclusão do trecho Palmas-Anápolis, resta agora à Valec a entrega do trecho sul da ferrovia, que vai ligar Ouro Verde (GO) a Estrela D'Oeste, no interior de São Paulo. A linha de 680 km tem obras em andamento. No balanço do PAC, a Valec assume que o trecho será entregue até o fim deste ano. Com um total de 2.244 km de extensão e um orçamento total de US\$ 6,7 bilhões, a Norte-Sul é hoje a sétima obra de transporte mais cara do Mundo, segundo cálculos do Ministério da Fazenda. (29.04.2014 - Valor Econômico)

ANP sugere novo leilão no pré-sal somente em 2016

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) recomendará ao Governo Federal que um novo leilão de área petrolífera no pré-sal brasileiro só ocorra no segundo semestre de 2016, e que uma licitação de blocos tradicionais, no pós-sal, seja feita somente em 2015. A informação é da Diretora-Geral da ANP, Magda Chambriard, que considera que é preciso dar ao mercado um tempo após três leilões no ano passado, que incluíram a mega reserva de Libra, no pré-sal. Ela argumenta que a indústria de equipamentos para o setor, especialmente, precisa de uma pausa nas licitações para conseguir atender demandas da exploração de áreas que estão em desenvolvimento. "Já será difícil atender essa demanda toda e imagina se colocamos mais um leilão de pré-sal na praça?", indagou. "Acho que a recomendação é fazer um outro [no pré-sal] mais para o fim de 2016", acrescentou. A necessidade de dar tempo para que fornecedores se preparem para atender a forte demanda dos próximos anos é também o motivo da recomendação para que não seja realizada outra rodada este ano dentro do modelo de concessão no pós-sal. Magda disse que a recomendação da ANP será feita em breve ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que deverá decidir sobre o assunto. Ela não detalhou uma data. Como exemplo da grande demanda que a indústria de equipamentos terá, a Diretora-Geral da ANP citou cálculos que apontam que a capacidade de produção somente em sete áreas – algumas já em operação, como Lula e Sapinhoá – é de mais de 750 milhões de barris de petróleo ao longo da vida útil dos campos. Esse volume demandaria ao menos 40 novas plataformas nos próximos anos. (05.05.2014 - Brasil Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2018

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.853	4.476	4.905	4.067	3.939	19.239
Otimista	1.853	4.476	4.905	4.067	3.939	19.239

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	962	800	0	50	1.405	3.217
Otimista	1.087	936	100	60	2.055	4.238

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	2.777	1.767	76	24	15	4.660
Otimista	2.947	4.912	1.568	752	249	10.429

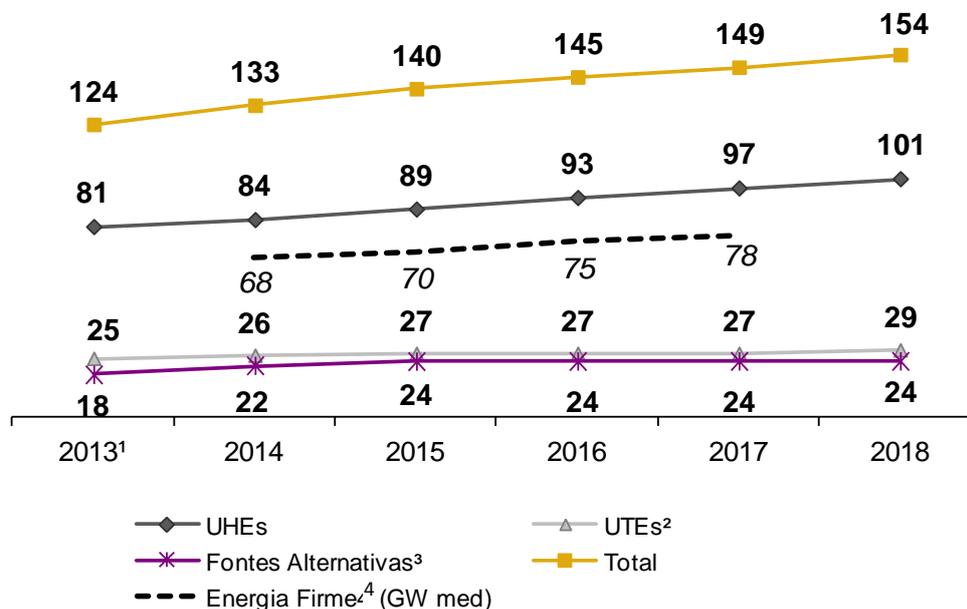
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	5.592	7.044	4.981	4.141	5.359	27.116
Otimista	5.887	10.325	6.573	4.879	6.242	33.905

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de abril de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 33,9 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,9% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médios) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

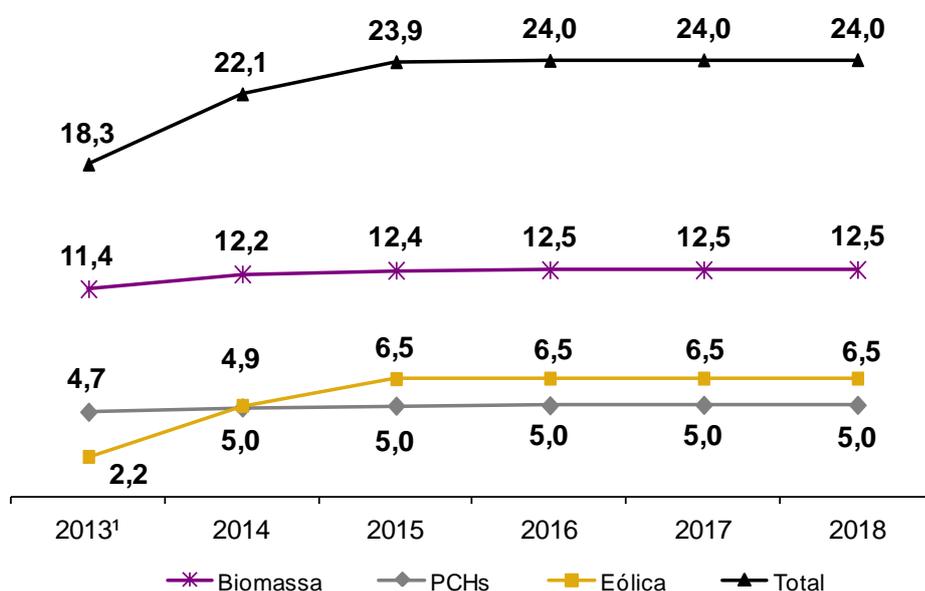
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.

* Excluídas as Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 25,1% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 14,3% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve aumentar para 66% até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,5% e 1,8%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista e conservadora prevê a entrada em operação de 19,2 mil MW de UHEs até 2018. Em outras palavras, não há empecilhos para a entrada em operação das UHEs previstas no período analisado.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,2 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,2 mil MW (76%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Os principais formadores do Rio Madeira são os Rios Guaporé, Mamoré e Beni. Todos esses rios têm nascentes na Bolívia e no Peru. O Beni tem cabeceiras nas vertentes andinas, em altitudes da ordem de 6.000m. Nos últimos três anos, a bacia do Madeira vem registrando índices pluviométricos acima da média e carreando a vazão crescente dos afluentes. No último semestre, registraram-se precipitações 58% acima da média. A Região foi fortemente atingida. No dia 7 de abril deste ano, a vazão do Madeira atingiu 60.056 m³ por segundo. Para ilustrar o porte desse rio, destaca-se que tal vazão, cinquenta vezes maior do que a do São Francisco, poderia encher a Baía da Guanabara em pouco mais de 8 horas. A partir daí começou a decrescer lentamente.

Por força dessa cheia, chamada cheia histórica, a usina hidrelétrica de Santo Antonio paralisou a operação das suas unidades geradoras. A usina permaneceu parada desde o dia 17 de fevereiro deste ano. Já no dia 25 de abril, Santo Antonio retomou a geração de energia ao colocar em funcionamento nove turbinas, vale dizer, produzir 640 MW.

As demais dezessete turbinas que possuem autorização para operar comercialmente entram em operação no decorrer deste mês, em conformidade com a programação determinada em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Quanto a Jirau, a usina já conta com seis máquinas aptas a operar, com capacidade total de 450 MW. Enquanto a linha de corrente contínua que liga o sistema do Madeira à carga do Sudeste não entra em serviço, Jirau também abastece os sistemas do Acre, Rondônia e parte do Mato Grosso através do sistema nacional interligado.

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 357 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

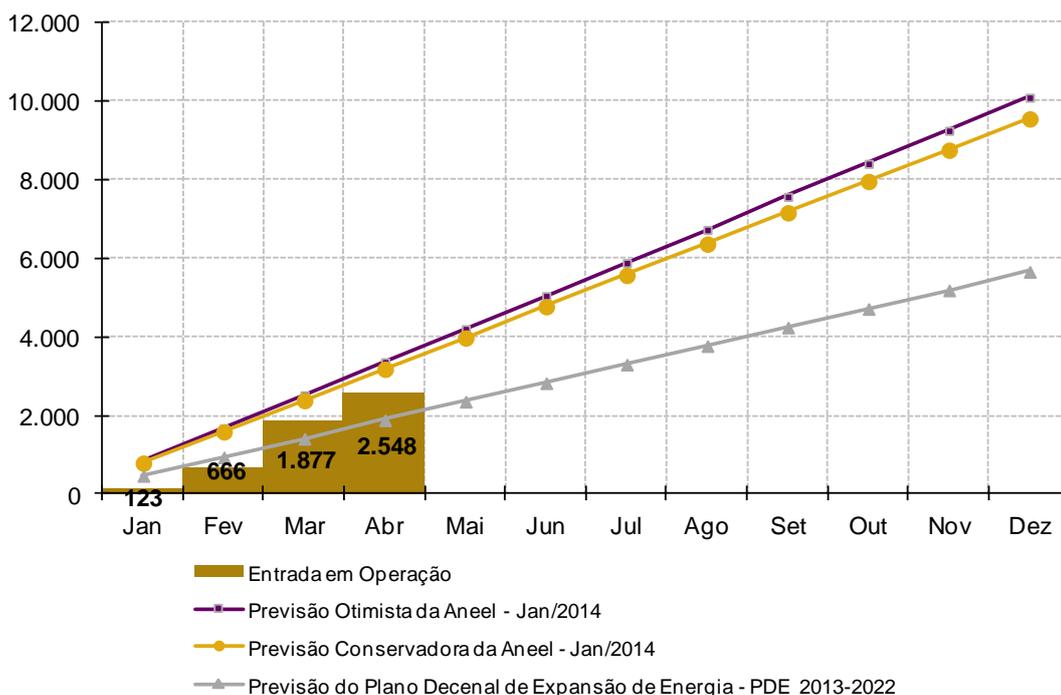
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 912 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,0 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 6,6 mil MW, apenas 52% da potência (3,4 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

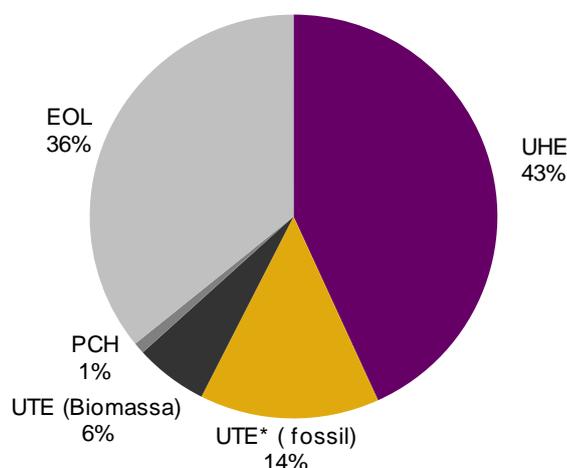
Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de abril de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de abril, entraram em operação 2.548 MW. Desse total, as UHEs representaram 43% da potência total que entrou em operação totalizando 1,1 mil MW. As EOL representaram 36% totalizando 913 MW. As UTEs fósseis representaram 14% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 6% do total. As PCHs até o período representaram apenas 1% da capacidade instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de abril de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em fevereiro de 2014, 41.403 GWh, apresentando um valor 9% superior ao observado em fevereiro de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.790 GWh, valor 1% superior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 36% do total fornecido a consumidores livres e cativos em fevereiro de 2014.

De acordo com a EPE, o consumo de energia elétrica em fevereiro de 2014 atingiu taxas de crescimento modestas refletindo a baixa atividade de setores eletro-intensivos como o de produção de alumínio e a indústria química. Descontando-se o efeito da queda no segmento de metalurgia do alumínio, o crescimento do consumo industrial teria sido 3,5% em relação a fevereiro de 2013.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Fevereiro 2013	Fevereiro 2014	Var. %	Jan-Fev 2013	Jan-Fev 2014	Var. %
Residencial	10.451	11.845	13	21.363	23.622	11
Industrial	14.790	14.995	1	29.155	29.492	1
Comercial	7.020	8.184	17	14.210	15.919	12
Outras	5.854	6.379	9	11.761	12.620	7
Total	38.115	41.403	9	76.489	81.653	7

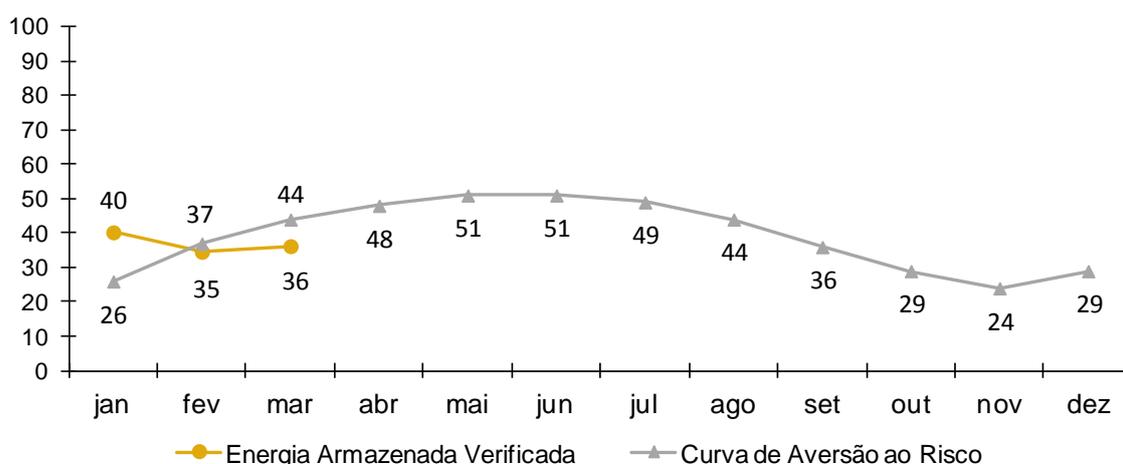
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

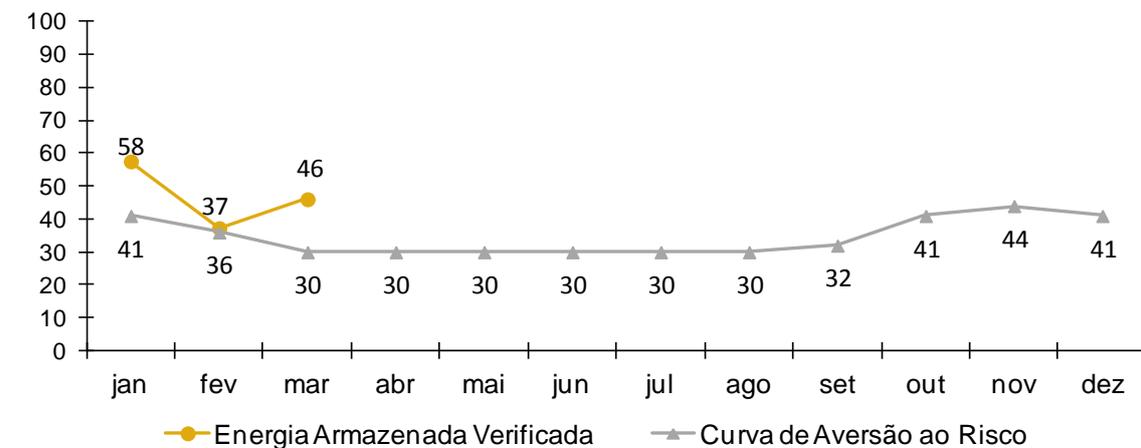
Em março de 2014, a energia armazenada verificada subiu em quase todas as Regiões com exceção da Região Nordeste onde se manteve em 42%. Ou seja, as outras Regiões apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode melhorar, porém ainda podem não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprido por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sudeste e Centro-Oeste (%)



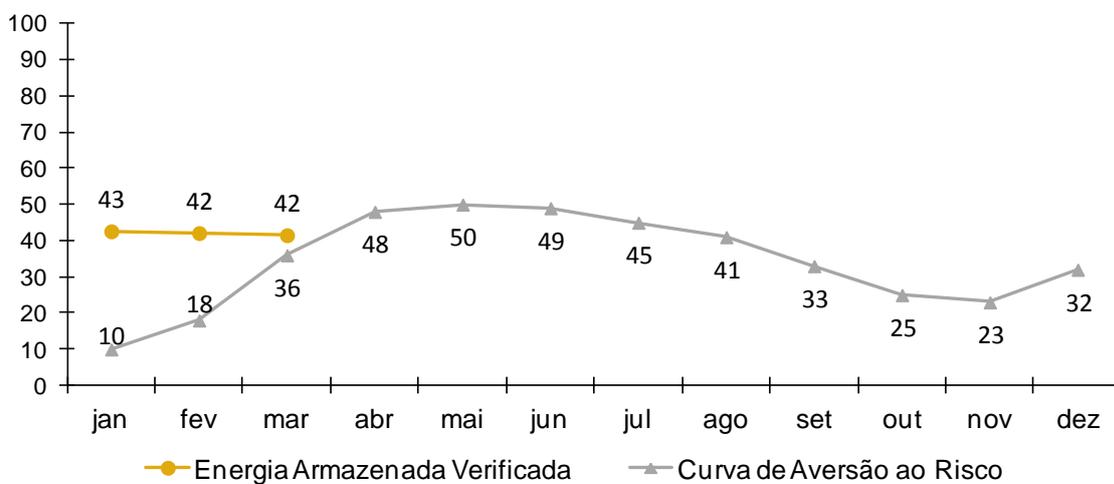
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sul (%)



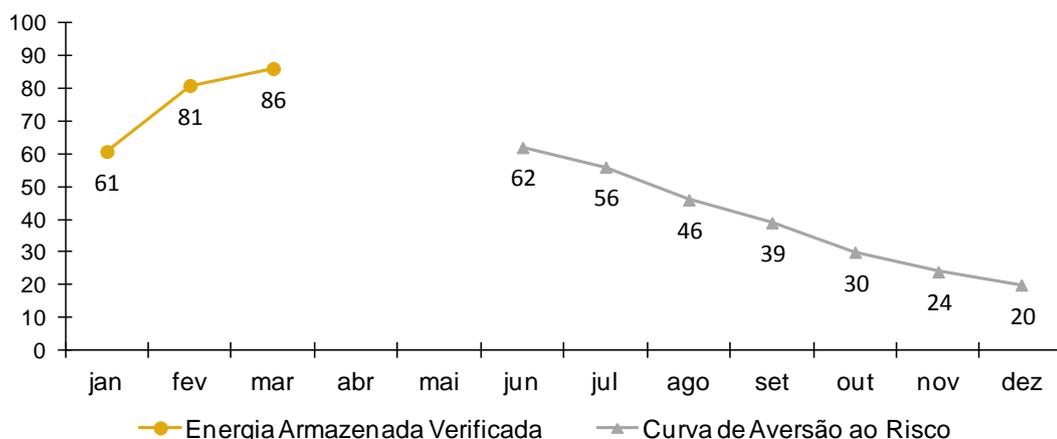
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Nordeste (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Norte* (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quarta semana de abril, o PLD atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh em todas as Regiões e tipos de tensão e apresentou o mesmo valor do observado na semana anterior.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Semana 4 - Abril 2014 (Período: 19/04/2014 a 25/04/2014)

Tensão	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	822,83	822,83	822,83	822,83
Média	822,83	822,83	822,83	822,83
Leve	822,83	822,83	822,83	822,83

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, médio e pesado, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões.

O mês de abril de 2014 apresentou um PLD entre R\$ 640,73/MWh e R\$ 822,83/MWh. Esses valores representaram aproximadamente o quádruplo dos preços observados em abril de 2013 no mercado atacadista.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Mensal

Região	Abril 2013	Abril 2014	Variação (%)
Sudeste/Centro-Oeste	196,1	822,83	319,5
Sul	196,1	822,83	319,5
Nordeste	197,4	744,28	277,1
Norte	196,1	640,73	226,7

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de fevereiro de 2014, foi de 61 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 4% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 2% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em fevereiro de 2014 foi de aproximadamente 24,7°, sendo que 10,8% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 60,2% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 28,9% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

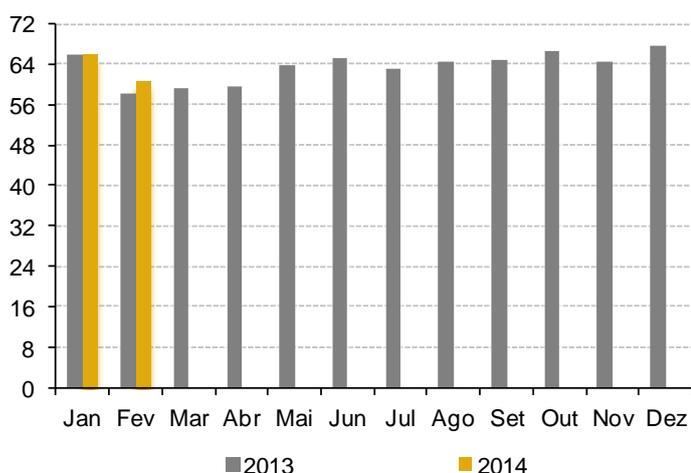
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em fevereiro de 2014, foi de 57 milhões de bep. Esse volume foi 1% inferior ao observado em fevereiro de 2013 e no acumulado do ano.

De acordo com a ANP, em fevereiro de 2014, cerca de 91,8% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em fevereiro de 2014, foi de 10 milhões de bep, valor 15% inferior ao exportado em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 33% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

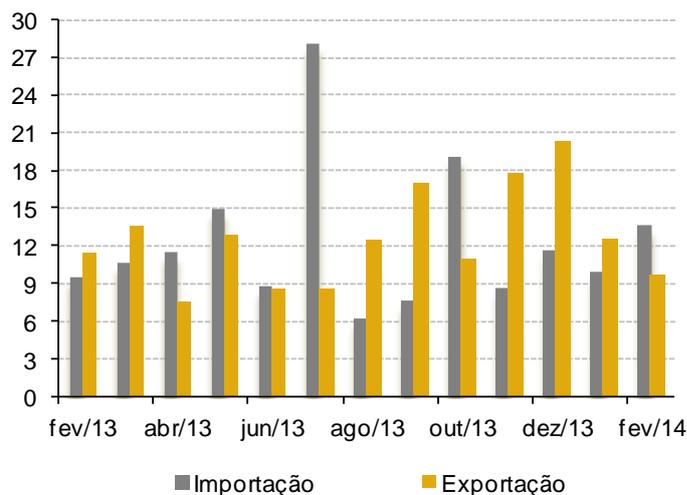
O preço médio do petróleo importado pelo País, em fevereiro de 2014, foi de US\$ 118,94/barril, valor 1% superior ao observado em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou queda de 1%.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



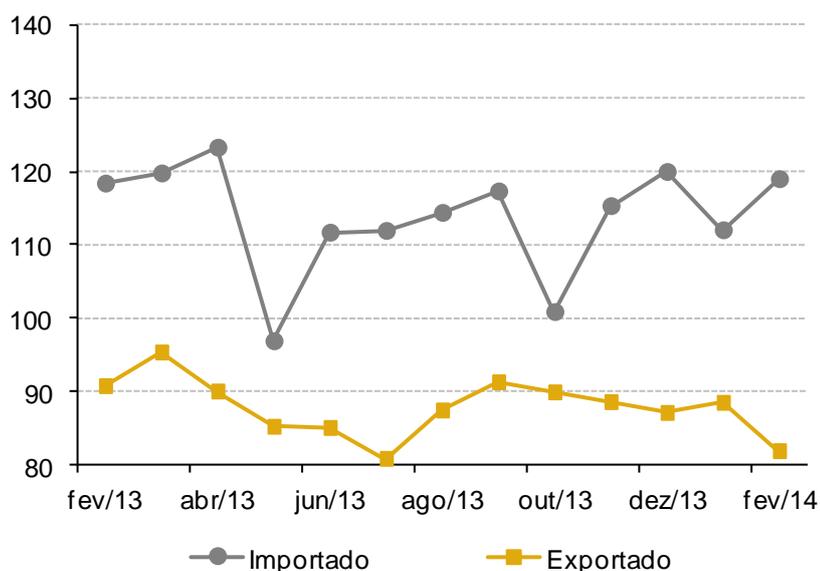
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



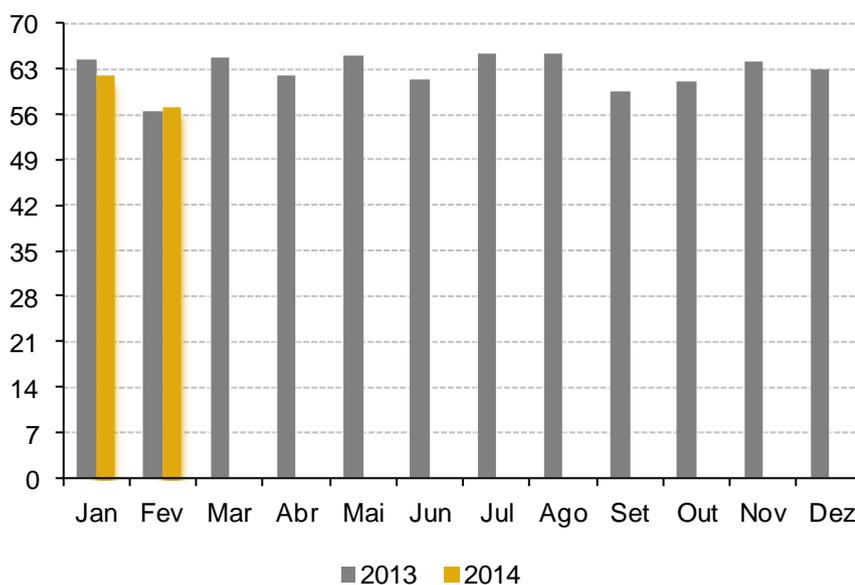
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em fevereiro de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 57 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 1% superior ao produzido em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados apresentou queda de 2%.

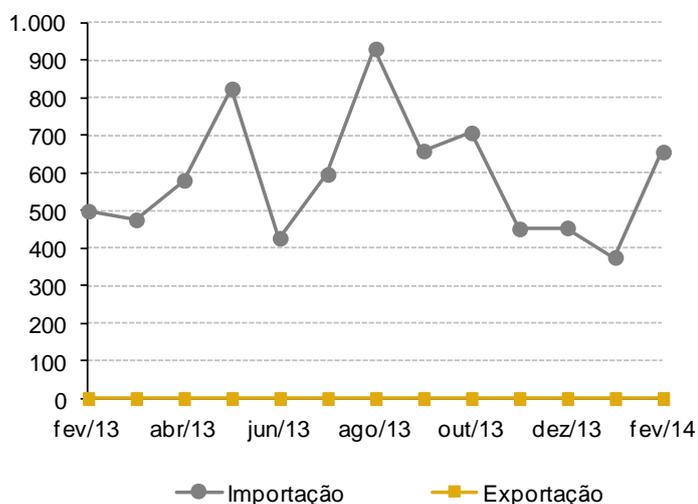
A importação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2014, foi de 16 milhões bep, valor 33% superior ao registrado em fevereiro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 4% superior.

Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)



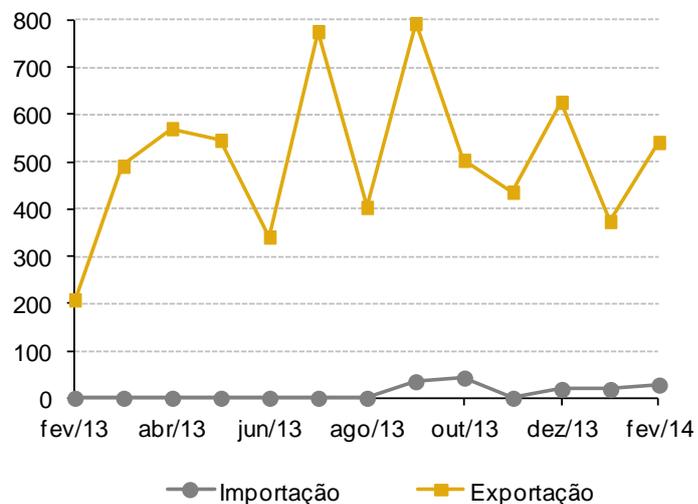
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

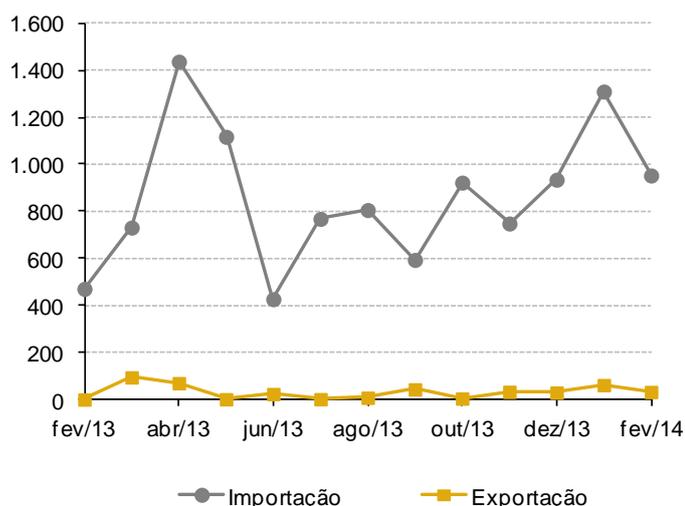
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

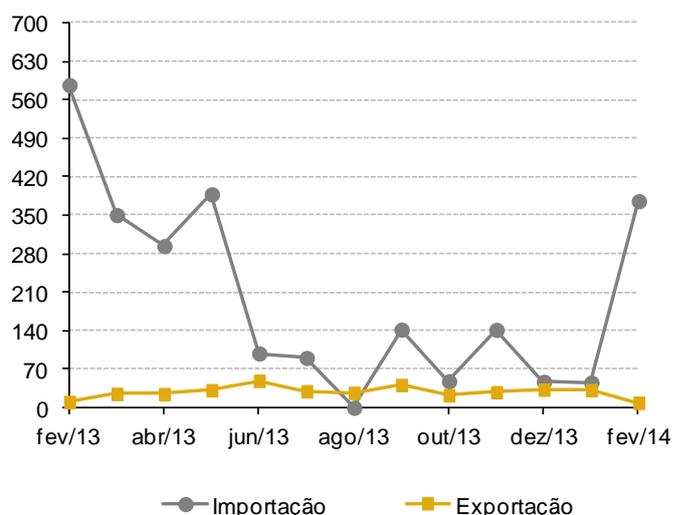
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2014, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 87% superior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 47% superior. Cabe destacar que a exportação observada em fevereiro de 2013 foi abaixo da média.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP).

Em fevereiro de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 15% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 11 milhões de bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 72 milhões de bep. Em fevereiro de 2013, a dependência externa foi positiva em 8%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 12%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 16%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Fevereiro/2013	Jan-Fev/2013	Fevereiro/2014	Jan-Fev/2014
Produção de Petróleo (a)	58	124	61	126
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-2	3	4	1
Imp. Líq. de Derivados (c)	7	20	7	16
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	64	148	72	144
Dependência Externa (e)=(d-a)	5	24	11	18
Dependência Externa (%) (e)/(d)	8	16	15	12

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em fevereiro de 2014, apresentou saldo de US\$ -1,7 bilhão FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 1,7 bilhão FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 961 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 2,7 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Fevereiro/2013	Jan-Fev/2013	Fevereiro/2014	Jan-Fev/2014
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.032	1.506	796	1.907
Dispêndio com importação (b)	1.123	2.343	1.617	2.715
Balança Comercial (c)=(a-b)	-91	-837	-821	-808
Derivados				
Receita com exportação (d)	502	1.209	903	1.669
Dispêndio com importação (e)	1.373	3.689	1.806	3.580
Balança Comercial (f)=(d-e)	-871	-2.480	-904	-1.911
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.534	2.715	1.698	3.577
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.496	6.032	3.423	6.295
Balança Total (i)=(g)-(h)	-961	-3.317	-1.725	-2.718

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

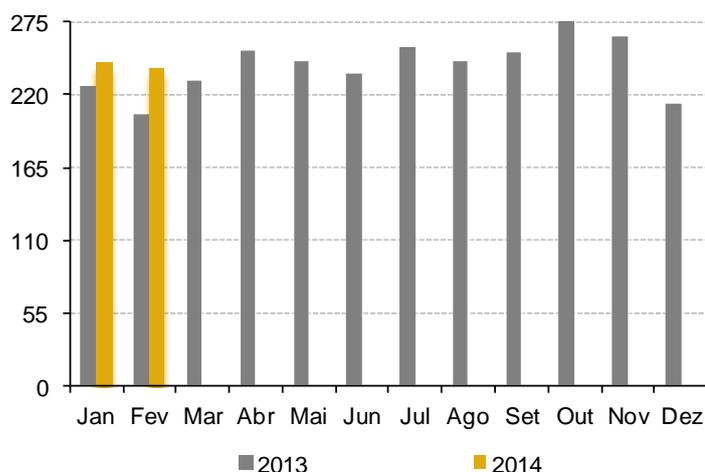
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

A produção nacional de biodiesel, em fevereiro de 2014, foi de 240 mil m³, montante 17% superior ao produzido em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 12% superior.

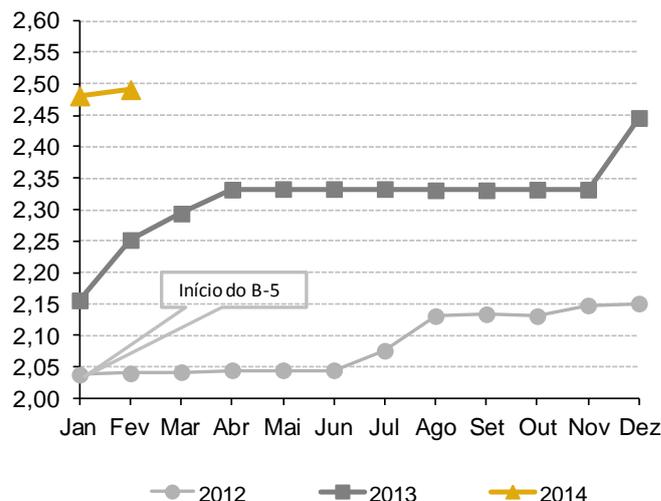
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em fevereiro de 2014, foi de R\$ 2,49/ℓ, valor 11% superior ao observado em fevereiro de 2013.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

Até o fechamento desta edição o Ministério da Agricultura (MAPA) não havia divulgado os dados referentes à Produção de Álcool e Açúcar. Seguem as últimas informações disponíveis.

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 28 de fevereiro de 2014, 27.717 mil m³ de álcool, sendo 16.014 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 17% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 19% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

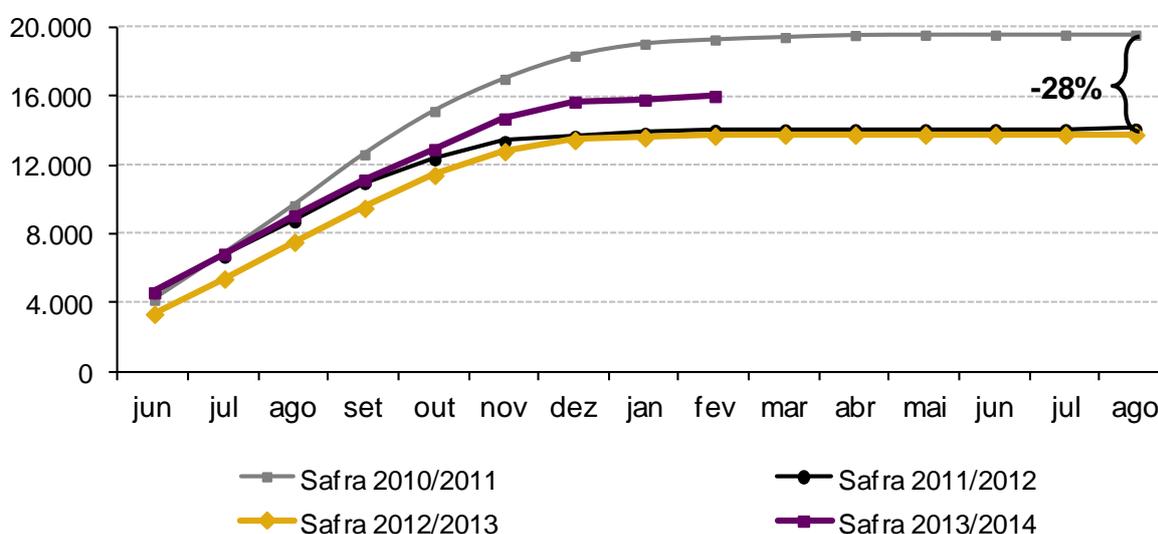
A produção de açúcar apresentou queda. Até 28 de fevereiro de 2014, produziu-se 37 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 28 de fevereiro de 2013)	Safra 2013/2014 (até 28 de fevereiro de 2014)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	9.644	11.703	21
Álcool Hidratado (mil m ³)	13.705	16.014	17
Total Álcool (mil m³)	23.349	27.717	19
Açúcar (mil ton)	38.076	37.329	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

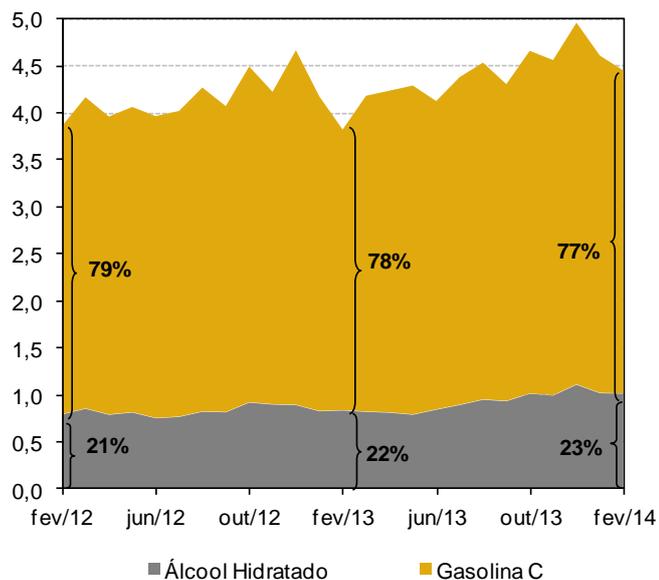
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,0 milhão m³ em fevereiro de 2014. Esse número representa um aumento de 21% em relação ao volume vendido em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, as vendas foram 22% superiores.

Proporcionalmente, as vendas de álcool passaram de 21% do universo de vendas do álcool e da gasolina em fevereiro de 2013 para 22% em fevereiro de 2014.

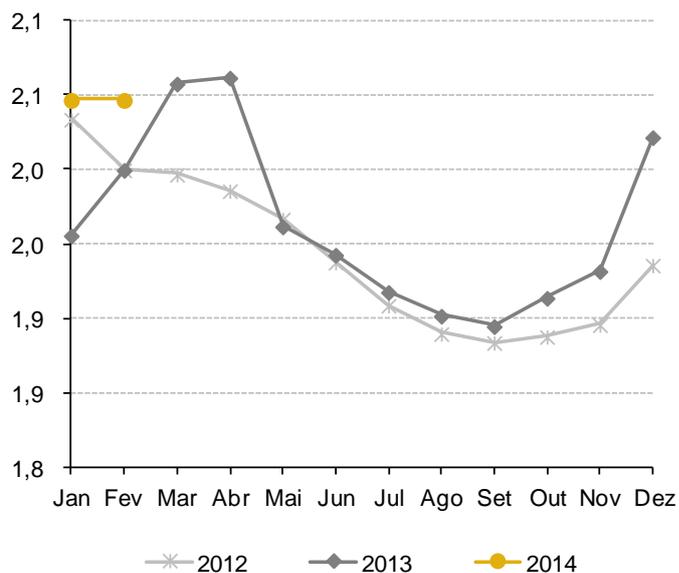
Em fevereiro de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,05/ℓ, valor 2% superior ao registrado em fevereiro de 2013.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



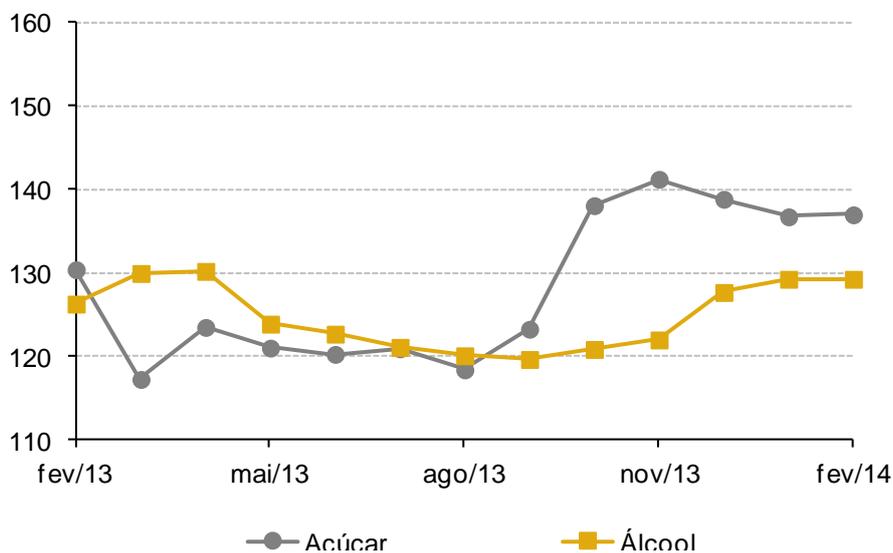
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em fevereiro de 2014, foi de 83 milhões m³, representando um aumento de 13% comparado à média verificada em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, a média foi 9% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em fevereiro de 2014, foi de 39 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 92 milhões m³/dia. Este montante é 7% inferior ao observado em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 9% inferior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 36% em fevereiro de 2014. Em fevereiro de 2013, essa proporção havia sido de 32%.

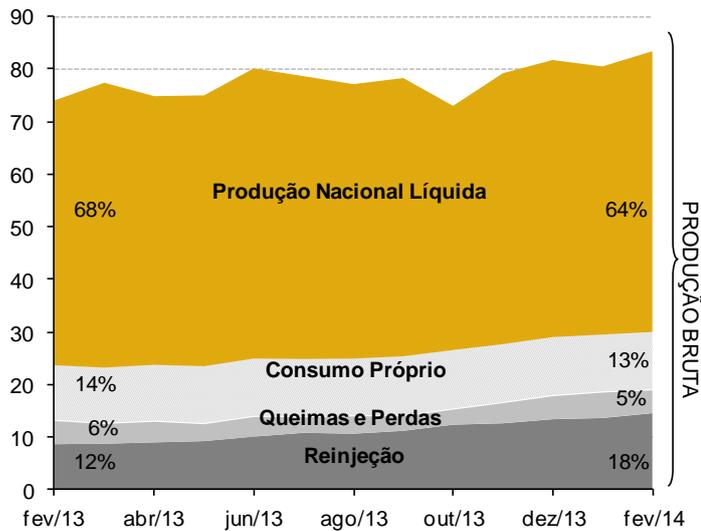
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Fevereiro/2013	Média do período Jan-Fev/2013	Média em Fevereiro/2014	Média do período Jan-Fev/2014
Produção Nacional¹	73.898	74.875	83.248	81.802
- Reinjeção	8.733	9.105	14.650	14.190
- Queimas e Perdas	4.403	4.152	4.289	4.541
- Consumo Próprio	10.385	10.448	10.924	10.881
= Produção Nac. Líquida	50.377	51.170	53.385	52.190
+ Importação	48.646	48.484	38.548	38.457
= Oferta	99.023	99.654	91.934	90.647

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

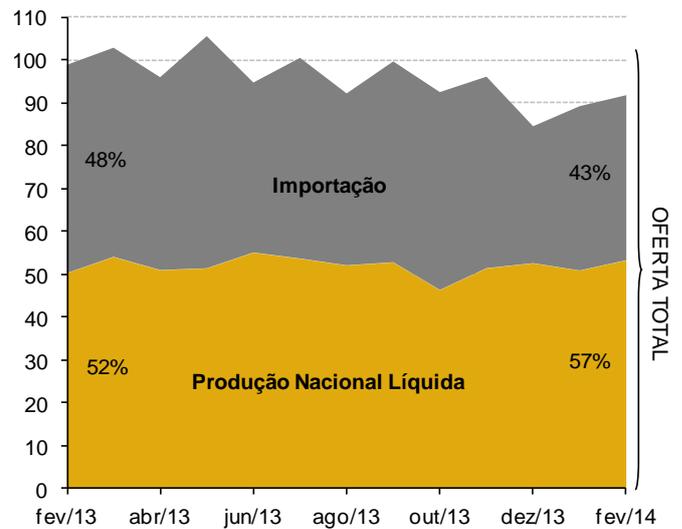
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



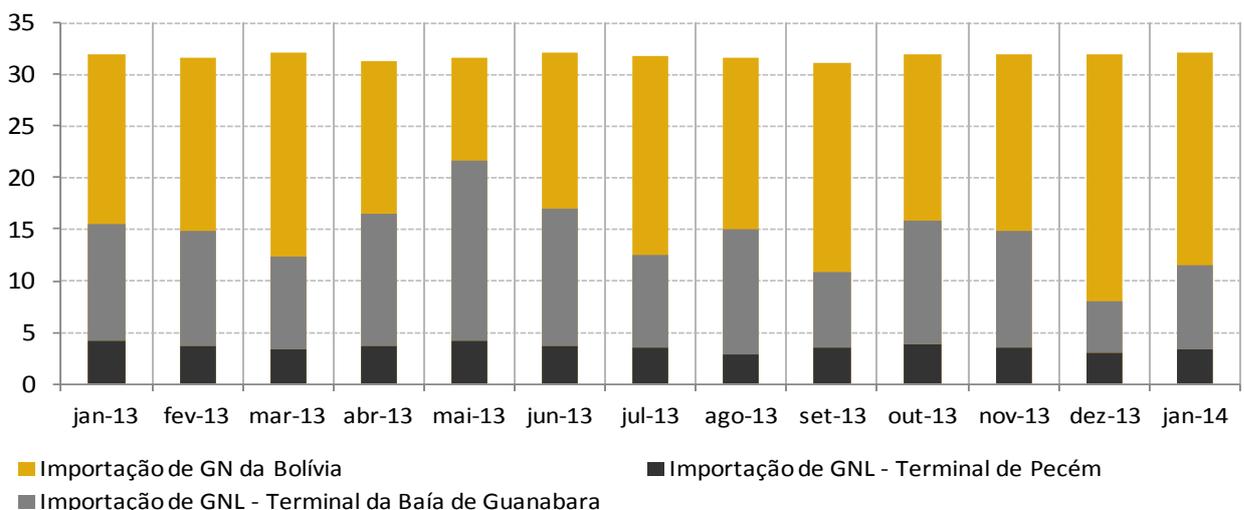
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em janeiro de 2014, foi de 32 milhões de m³/dia, volume similar ao observado no mesmo mês de 2013.

Em janeiro de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 12 milhões m³/dia, volume 15% inferior ao montante observado em janeiro de 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

Até o fechamento desta edição a ABEGÁS não havia divulgado os dados referentes ao Consumo de Gás Natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

O consumo de gás natural no País em fevereiro de 2014 foi, em média, de 73 milhões de m³/dia. Essa média é 2% superior ao volume médio diário consumido em fevereiro de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural foi 4% inferior ao observado de janeiro a fevereiro de 2013.

O setor industrial, em fevereiro de 2014, consumiu 28 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 6% superior ao mesmo mês do ano anterior. O resultado é reflexo da recuperação apresentada pela indústria brasileira no início deste ano.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Fevereiro/2014	Jan-Fev/2014	Fev-2014/ Fev-2013	Acumulado do Ano
Industrial	28.387	28.077	6	4
Automotivo	5.162	4.971	2	0
Residencial	643	661	-29	-15
Comercial	730	700	4	3
Geração Elétrica	33.145	27.708	9	-7
Co-geração*	2.530	2.443	-1	-1
Outros	2.123	2.656	-54	-43
Total	72.719	67.216	2	-4

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

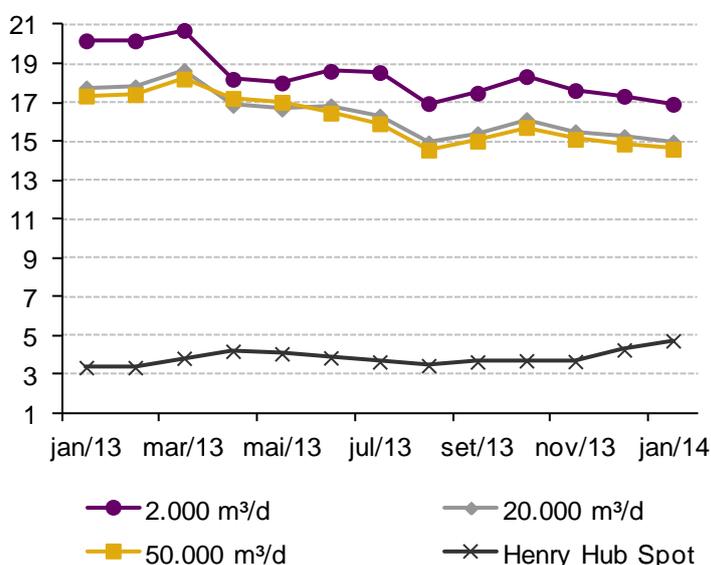
O setor da indústria foi responsável por 39% do consumo de gás natural em fevereiro de 2014. O setor foi acompanhado pela geração elétrica, responsável por 46% do volume total de gás consumido no mesmo mês. O aumento no consumo de gás para a geração elétrica em comparação com o mesmo mês do ano anterior reflete a atual situação hidrológica do país. Com reservatórios muito abaixo dos níveis esperados para o período, as térmicas a gás continuam despachando para garantir o atendimento à demanda crescente por energia elétrica.

4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em janeiro de 2014, foi de US\$ 15,49/MMBTU, valor 16% inferior ao observado em janeiro de 2013 (US\$ 18,42/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em janeiro de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,71/MMBTU, valor 41% superior ao apresentado em janeiro de 2013 (US\$ 3,33/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

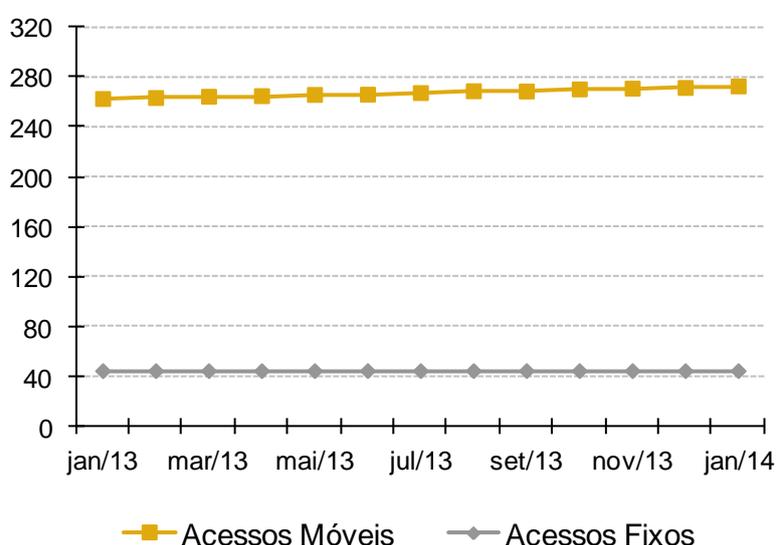
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em janeiro de 2014, o número de acessos móveis em operação foi de 272 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em janeiro de 2014, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em dezembro de 2013.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)**



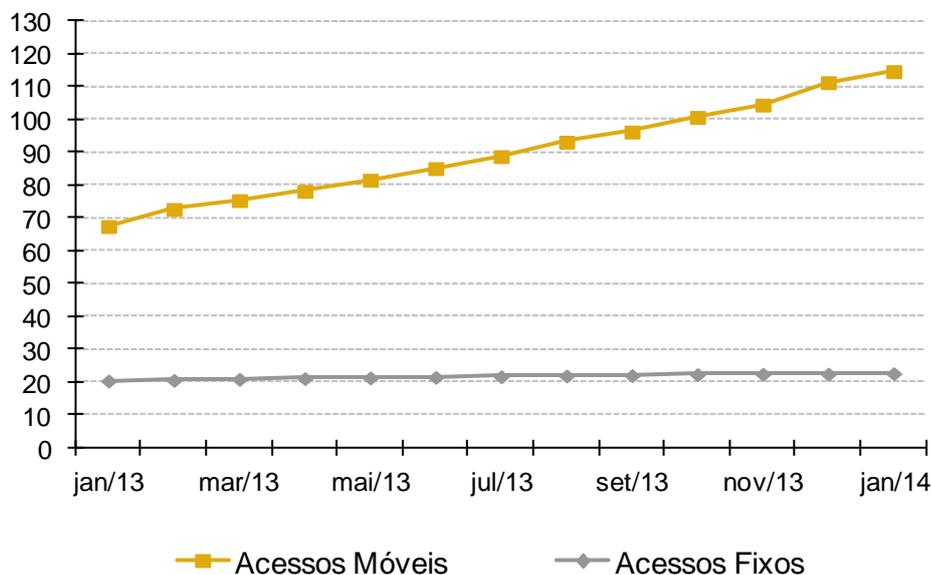
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em janeiro de 2014 foi de 115 milhões, montante 70% superior ao observado no mesmo período de 2013. Em relação a dezembro de 2013, os acessos de internet móvel foram 3% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de janeiro de 2014, um total de 22 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a dezembro de 2013, os acessos à internet fixa foram similares.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em março de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 7% em relação a março de 2013, e a movimentação de granel líquido aumentou 6% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em março de 2014, foi 4% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em março de 2014, os TUPs representaram 65% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 45.046 mil toneladas, volume similar ao observado em março de 2014. Os portos públicos movimentaram 23.829 mil toneladas em março de 2014, volume 11% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em março de 2014 foi de 724 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 16% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

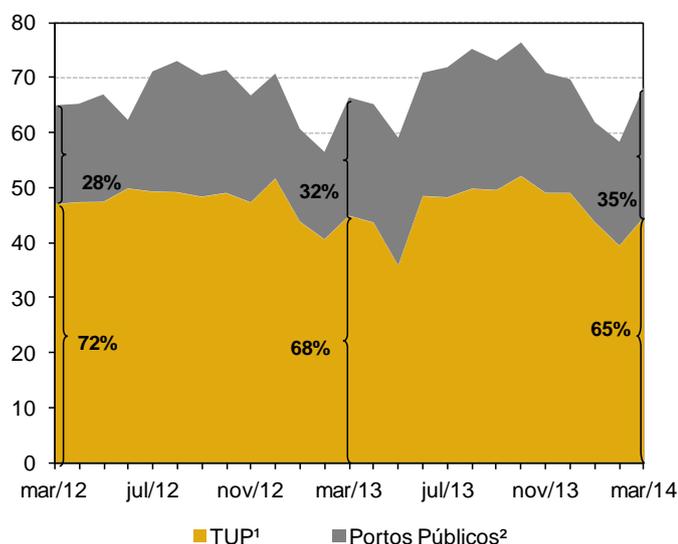
	Período		Varição %
	Mar/2013	Mar/2014	Mar-2014 / Mar-2013
Granel Sólido (a)	44.273	47.154	7%
<i>Portos Públicos</i>	16.556	18.444	11%
<i>TUPs</i>	28.315	28.710	1%
Granel Líquido (b)	17.904	18.991	6%
<i>Portos Públicos</i>	3.913	4.197	7%
<i>TUPs</i>	14.201	14.793	4%
Carga Geral Solta (c)	3.737	2.730	-27%
<i>Portos Públicos</i>	1.059	1.187	12%
<i>TUPs</i>	2.365	1.543	-35%
Total (a+b+c)	66.408	68.875	4%
<i>Portos Públicos</i>	21.528	23.829	11%
<i>TUPs</i>	44.880	45.046	0%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (96 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

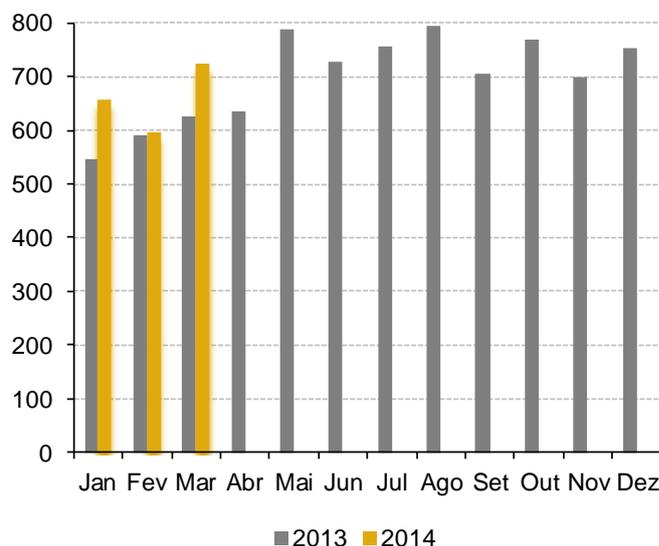


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

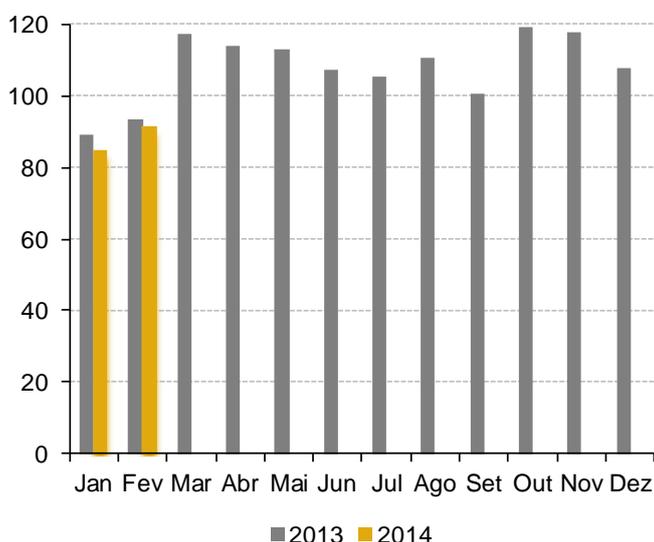
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes à Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Devido a uma alteração na metodologia do aeroporto de Guarulhos, houve uma queda na movimentação de cargas.

Em fevereiro de 2014, 16 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 11% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, esse montante foi 1% inferior.

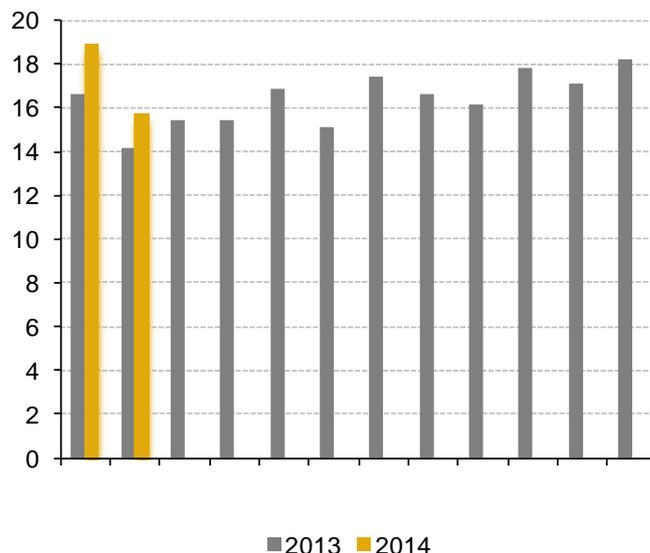
A movimentação de carga aérea total no País, em fevereiro de 2014, foi de 92 mil toneladas, montante 2% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 3% inferior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em março de 2014, foi de 37 milhões de toneladas úteis (TUs), valor similar ao observado no mesmo intervalo de 2013. Nesse período, a movimentação de carga geral não containerizada foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (41%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em março de 2014.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Mar

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Jan (mil TU)	Jan (mil TU)	acum-14/ acum-13
Minério de Ferro	28.411	29.879	-5
Soja e Farelo de Soja	3.326	2.427	37
Indústria Siderúrgica	1.086	1.164	-7
Carvão/Coque	1.081	973	11
Produção Agrícola (exceto soja)	837	526	59
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	746	670	11
Extração Vegetal e Celulose	520	360	45
Grãos Minerais	393	391	0
Indústria Cimenteira e Construção Civil	282	240	18
Conteiner	282	218	29
Cimento	244	231	6
Adubos e Fertilizantes	215	170	27
Carga Geral - Não Contein.	10	15	-36
Total	37.431	37.265	0

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em março de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 53 milhões de toneladas, montante similar ao averiguado em março do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Mar/2014	Jan-Mar/2014	Mar-2014 / Mar-2013	Acumulado do ano
Marítimo	50.345	149.034	2	4
Fluvial	886	2.617	-29	-12
Aéreo	93	310	-17	-11
Ferrovário	31	125	-33	-22
Rodoviário	871	2.493	-7	-7
Outros*	864	2.761	-38	-15
Total	53.090	157.339	0	3

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em fevereiro de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4,3 bilhões, valor 52% superior ao aportado em fevereiro de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Fevereiro/2013	Fevereiro/2014	Variação (%)	Participação %
	R\$ milhão	R\$ milhão		
Refino e Álcool	234	1.136	384	26
Energia Elétrica e Gás Natural	778	552	-29	13
Saneamento	118	79	-33	2
Telecomunicações	69	291	325	7
Transporte	1.649	2.306	40	53
<i>Aéreo</i>	0	38	-	-
<i>Aquaviário</i>	93	70	-25	-
<i>Terrestre</i>	1.556	2.197	41	-
Total Infraestrutura	2.848	4.364	53	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 82 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,8 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados, até 29 de abril, R\$ 15,0 bilhões, o que representa 18% da dotação autorizada. Até o dia 29 de abril, foram liquidados R\$ 2 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 17,3 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,8 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 4,4 bilhões (28% da dotação). Até o dia 29 de abril, foram liquidados R\$ 375 milhões e R\$ 268 milhões pagos do orçamento. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 3,1 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,5 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,3 bilhões, ou 15%), hidroviário (R\$ 244 milhões) e outros (R\$ 780 milhões). A modalidade portuária apresenta uma execução de somente restos a pagar pagos no valor de R\$ 4 milhões até dia 29 de abril.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 21% foram pagos até 29 de abril (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 13% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 61,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 35% no Ministério das Cidades (R\$ 21,6 bilhões) e 24% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 17 bilhões (28% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 2,4 bilhões até 29 de abril. Foram pagos R\$ 2 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 19 bilhões. Restam R\$ 51 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/04/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.699	49	3	8	0	8	0	161	169	864
MAPA	1.181	26	2	0	0	0	0	196	196	1.229
MCTI	1.303	283	22	147	11	33	3	206	238	1.050
MDIC	168	9	6	5	3	5	3	5	10	81
MME	145	165	114	40	28	37	25	26	62	61
M. Transportes	15.827	4.448	28	375	2	268	2	2.832	3.100	10.445
M. Comunicações	60	9	15	0	0	0	0	21	21	142
MMA	174	9	5	2	1	2	1	22	23	111
MDA	667	66	10	2	0	1	0	1.544	1.544	2.800
M. Defesa	9.480	4.224	45	972	10	904	10	3.452	4.356	4.031
M. Int. Nacional	7.631	1.219	16	140	2	68	1	929	997	5.532
M. das Cidades	10.141	580	6	12	0	12	0	916	928	13.777
Outros**	33.984	3.556	10	437	1	230	1	5.407	5.637	29.385
Total	82.461	14.643	18	2.140	3	1.566	2	15.716	17.282	69.508

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2014 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 29/04/2014*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.325	641	28	94	4	94	4	402	495	1.186
Hidroviário	244	54	22	0	0	0	0	18	18	349
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	4	4	16
Rodoviário	12.478	3.699	30	275	2	168	1	2.301	2.468	8.448
Outros	780	54	7	7	1	6	1	108	115	446
Total	15.827	4.448	28	375	2	268	2	2.832	3.100	10.445

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 29/04/2014* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	383	89
União	7.678	-126	2.969	4.583

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 29/04/2014* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-833	2.450	10.357
União	79.252	-470	8.089	70.693

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/04/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.717	728	20	223	6	223	6	690	914	890
M. Planejamento	2	1	33	0	5	0	4	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	47	47	624
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	11	11	21
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	935	14	22	0	22	0	1.386	1.408	5.429
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	1	0	0	0	0	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	266	108	60	24	51	21	92	144	221
M. Saúde	2.397	191	8	159	7	12	1	403	415	3.379
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Transportes	14.640	4.498	31	376	3	269	2	3.124	3.393	10.596
M. Comunicações	1	0	0	0	0	0	0	15	15	16
M. Cultura	166	29	17	1	0	0	0	88	88	475
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
MDA	38	2	6	0	0	0	0	1.431	1.431	1.989
M. Esporte	601	29	5	0	0	0	0	124	124	1.214
M. Defesa	4.943	3.678	74	891	18	839	17	2.470	3.309	1.524
M. Integr. Nacional	6.067	1.156	19	131	2	64	1	750	814	3.598
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1.578
M. Desenv. Social	643	10	2	0	0	0	0	231	231	516
M. Cidades	21.584	5.683	26	533	2	533	2	6.151	6.684	19.239
Total	61.761	17.207	28	2.398	4	2.013	3	17.018	19.031	51.394

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 05 de maio de 2014.